



8833519



08001.000535/2018-10



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Nota Técnica n.º 47/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ

PROCESSO Nº 08004.000382/2017-08

INTERESSADO: CGAE

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da consolidação da análise da proposta e da documentação de habilitação da licitante **BASIC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 08.893.146/0001-15** que se sagrou vencedora no Pregão Eletrônico nº 05/2019, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de comissaria de bordo, a serem executados nas viagens nacionais e internacionais do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e comitiva, em seus deslocamentos oficiais, oriundas do Aeroporto Internacional de Brasília e da Base Aérea de Brasília, por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

2. ANÁLISE DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

2.1. Nos termos das Notas Técnica n.º 9 e 10/2019/DIDOC/GM/MJ (8807603 e 8836158) e, após a realização de Diligência nº 1 (8831907), a Divisão de Gestão de Contratos do Gabinete do Ministro aprovou a proposta comercial bem como a habilitação técnica apresentada pela empresa em referência.

3. DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS

Item Edital	Descrição	Situação	SEI
8.1.1	SICAF	Atendido	8804052
8.1.2	CEIS		
8.1.3	CNIA		
8.1.4	Lista inidôneos TCU		
8.6	Regularidade fiscal e trabalhista		
8.5	Habilitação jurídica	Atendido	8803819
8.7.1	Certidão negativa de falência	Atendido	8803819
8.7.2	Índices econômicos	Atendido	8803819 e 8834144

4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Da análise empreendida, esta pregoeira manifesta-se pela aceitação da proposta e habilitação da licitante **BASIC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 08.893.146/0001-15**.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Chefe da Divisão de Licitações**, em 28/05/2019, às 14:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8833519** e o código CRC **3C7BC433**  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.